

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.349.326 - SP
(2018/0213448-4)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : CONSTRUSOLA CONSTRUCAO INDUSTRIA E
COMERCIO LTDA
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS MENDES MATHEUS - SP083863
EMBARGADO : CONDOMINIO SOLAR ANA PAULA
ADVOGADOS : TERTULIANO PAULO - SP121530
APARECIDO VALENTIM IURCONVITE - SP121620
MARCELO RODRIGUES MADUREIRA - SP119938
DILES BETT - SP285173

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se apenas a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido, não podendo ser manejado para a rediscussão do julgado.

2. Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por CONSTRUSOLA CONSTRUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA em desfavor de decisão proferida nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 869):

AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL. CONDOMÍNIO. UNIDADES COMERCIAIS. SISTEMA DE RATEIO DO CONSUMO DE ÁGUA. VALORAÇÃO DAS PROVAS. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL OU DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO. REEXAME.

SÚMULA 7/STJ.

AGRADO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta a parte embargante a ocorrência de omissão na decisão recorrida quanto ao *fato de que jamais se cuidou de mero reexame dos fatos ou revolvimento do conjunto fático-probatório vedado pela Súmula 7 desta E. Corte, mas, sim, de hipótese diversa atinente à reavaliação da prova coligida para os autos.*(e-STJ fl. 878)

Assevera que o acórdão recorrido, bem como a sentença, não valorizaram as provas documentais, pericial e testemunhal da ora embargante, considerando apenas a o relato de testemunha impedida e suspeita do ora embargado.

Impugnação às fls. 894/899.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Os embargos declaratórios não merecem acolhida.

Nos estreitos limites do artigo 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração visam somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material existente em decisão ou acórdão, não podendo ser manejado para a rediscussão do julgado.

Nesse sentido, precedentes desta Corte:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO NCPC. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. COMISSÃO DE CORRETAGEM. OBSERVÂNCIA DE ENTENDIMENTO FIXADO NO JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DISTINGUISHING. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. Muito embora se reconheça, em abstrato, a validade da cláusula contratual que transfere ao consumidor a responsabilidade pelo pagamento da comissão de corretagem na compra e

Superior Tribunal de Justiça

venda de imóveis, não há como referendar a regularidade dessa estipulação se violado o dever de ampla informação, conforme reconhecido, no caso concreto, pelo Tribunal de origem.

3. As circunstâncias fáticas destacadas para fazer o distinguishing entre a hipótese dos autos e aquela que ensejou o julgamento dos REsp's nºs 1.551.956/SP e 1.599.511/SP não podem ser alteradas sem ofensa as Súmulas nºs 5 e 7 do STJ. Precedentes.

4. Inexistentes as hipóteses do art. 1.022 do NCPC, não merecem acolhida os embargos de declaração que têm nítido caráter infringente. 5. Os aclaratórios não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado que julgou a causa de forma fundamentada, sem omissões, contradições, obscuridade ou erro material.

6. Embargos de declaração rejeitados, com imposição de multa.

(EDcl no REsp 1724544/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 21/08/2019)

PETIÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DA REPERCUSSÃO GERAL NO STF - DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM - OBEDIÊNCIA À SISTEMÁTICA PREVISTA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - IRRECORRIBILIDADE - PRECEDENTES DO STJ. INSURGÊNCIA DOS MUTUÁRIOS.

1. Petição recebida como embargos de declaração, em nome dos princípios da economia processual e da fungibilidade.

2. Nos estreitos lindes do artigo 1.022, do Código de Processo Civil de 2015, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão, não podendo ser utilizado como instrumento para a rediscussão do julgado.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(PET no AgInt no AREsp 1293428/PE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 26/03/2019)

Com efeito, embora a parte tenha apontado existência de omissão na decisão em testilha, observa-se, a toda evidência, que a decisão embargada apresentou fundamentação suficiente para amparar o não provimento do apelo,

Superior Tribunal de Justiça

pois justificou que a pretensão de reavaliação das provas encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Confira-se os seguintes excertos da decisão embargada:

O sistema processual vigente no direito pátrio é informado pelo princípio do livre convencimento motivado do juiz e da persuasão racional, de forma que o julgador poderá fundamentar sua decisão em quaisquer provas constantes dos autos, desde que atento a seus fatos e circunstâncias e indicando os motivos que lhe Superior Tribunal de Justiça formem o convencimento.

Acerca da insurgência, assim foram firmadas as razões de decidir do aresto atacado:

Em primeiro lugar porque a prova pericial, ao contrário do afirmado pela recorrente, foi levada em consideração pela r.sentença, que se baseou no laudo para reconhecer que inexistia projeto hidráulico no edifício, e que, embora existissem dois hidrômetros, somente um respondia pela medição do consumo de todas as unidades, sendo, assim, inviável condenar o requerido pelo fato de que o segundo hidrômetro somente respondia pelos serviços de manutenção e limpeza da garagem, não atendendo, assim, ao consumo das unidades.

O depoimento da testemunha de fls. 524/525, morador que se mudou para o condomínio quando as unidades residenciais estavam começando a ser entregues - após o início do funcionamento das unidades comerciais -, dá conta de que havia apenas um hidrômetro para uso comum, e outro para uso limitado à lavagem da garagem.

O perito, em resposta aos quesitos do apelante, afirmou expressamente que havia dois hidrômetros, (fls. 411), porém que "comparando-se o relatório de consumo, datado de fevereiro de 1992 (documentos de fls. 84) com os espelhos de consumo das lojas e escritórios (documentos de fls. 89 a 94), nota-se que a numeração de identificação nº 1.041.050-95 é a mesma, o que leva a concluir que se trata do mesmo código de ligação desde a data inicial" (fls.411/412).

Além disso, o perito também esclareceu que "não se pode afirmar se as lojas estavam também sendo abastecidas pelo reservatório do condomínio ou não" (fls. 422).

(...)

Acerca da alegação de que a testemunha demonstrou que, à época da construção, havia apenas um hidrômetro, tampouco se sustenta, pois, cotejando-se o laudo pericial com o depoimento da testemunha, inviável que este prevaleça, mormente quando se verifica que entre a data dos fatos (construção da obra) e a data da audiência se passaram mais de vinte anos, sendo pouco crível que a testemunha da autora se rememore de detalhes tão

Superior Tribunal de Justiça

específicos de um trabalho executado há tanto tempo. A testemunha afirmou que "soube" ter havido uma reforma, e que esta eliminou o hidrômetro das lojas comerciais, mas que não sabia precisar quando tal fato ocorreu. E, no entanto, lembra-se de outras muitas datas. Embora não se esteja afirmando que a testemunha tenha mentido, seu depoimento, nessas circunstâncias, não pode prevalecer ao laudo pericial e, subsidiariamente, à falta do projeto hidráulico, prova que cabia à autora, ora apelante, produzir, e não o fez.

(...)

E, não tendo os fatos narrados pela autora sido demonstrados, como lhe competia fazer à luz do determinado pelo art. 333, I, do CPC/73 - aplicável ao caso em tela -, inviável se acolher o pedido, porquanto os fundamentos do pleito não restaram demonstrados, sendo importante destacar que o perito, em diversas oportunidades, deixou de se manifestar acerca dos quesitos elaborados pelos assistentes técnicos das partes em decorrência da falta de informações nos autos. (e-STJ fls. 614/617)

Desse modo, a reforma do entendimento firmado pelo acórdão recorrido, para acolher a pretensão recursal da forma como pretendida, seria necessário o revolvimento de fatos e provas constantes nos autos, providência obstada pelo teor da Súmula 7/STJ.(e-STJ fls. 870/872)

O verdadeiro intento dos presentes declaratórios é a obtenção de efeito infringente, pretensão que esbarra na finalidade integrativa do recurso em tela, que não se presta à rediscussão da causa já devidamente decidida. A atribuição de efeito modificativo aos embargos é providência de caráter excepcional, incompatível com hipóteses como a dos autos, que revelam tão-somente o inconformismo da parte com o julgado.

Desse modo, não há como acolher os presentes embargos.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Adverta-se, por fim, que a oposição de incidentes processuais infundados dará ensejo à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

